

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.008/2026**  
**AMPLA CONCORRÊNCIA**

PROCESSO : TC/000191/2026  
MODALIDADE : PREGÃO ELETRÔNICO  
CONTRATANTE : TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
UASG : 925462  
OBJETO : Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços de levantamento tridimensional a *laser* (escaneamento 3D) e modelagem *BIM (Building Information Modeling)*  
TIPO : **MENOR PREÇO GLOBAL**  
LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA : Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>  
DATA DE ABERTURA : **03 de junho de 2026**  
HORÁRIO : **9h00**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - TCMSP**, com sede na Avenida Professor Ascendino Reis nº 1130, Vila Clementino, nesta Capital, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que, em obediência ao que preceituam os Decretos Municipais nº 62.100 de 27 de dezembro de 2022 e nº 56.475, de 05 de outubro de 2015, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Leis Complementares nº 123/06, 147/14 e 155/16, Instrução Normativa nº 2, de 27 de janeiro de 2023, da Secretaria Municipal de Gestão e demais normas pertinentes, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, a ser processada pelo Pregoeiro do Tribunal. Este certame terá como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, em conformidade com as disposições deste Edital e respectivos anexos.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa visando ao registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de levantamento tridimensional a *Laser* (escaneamento 3D) e modelagem *BIM (Building Information Modeling)*, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão do Poder Executivo do Município de São Paulo, inclusive autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

2.2. Caberá ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique

as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador.

2.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item poderão superar, excepcionalmente, em até 100% (cem por cento) os quantitativos estimados, desde que devidamente justificado e observado, no conjunto das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, o limite estabelecido pelo inciso II do § 2º do artigo 111 do Decreto Municipal nº 62.100/22.

2.4. Aos órgãos não participantes que aderirem à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

### **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, e dar-se-á pela atribuição, pelo órgão provedor, de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de suas credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa no presente certame, sob pena de exclusão sumária das representadas.

### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.1.1. As empresas não cadastradas no SICAF que tiverem interesse em participar do presente Pregão deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer unidade cadastradora dos Órgãos da Administração Pública.

- 4.2. Será admitida a participação de consórcios, nos termos do artigo 15 da Lei n. 14.133/21.
- 4.2.1. O consórcio deverá entregar juntamente com os documentos de habilitação:
- 4.2.1.1. Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- 4.2.1.2. Documento com indicação da empresa líder pelo consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.
- 4.2.2. A empresa consorciada é impedida de participar, no presente certame, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- 4.2.3. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.
- 4.2.4. A empresa líder será a representante do consórcio perante a CONTRATANTE e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.
- 4.2.5. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de vigência do contrato.
- 4.2.6. Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso.
- 4.2.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante.
- 4.3. Não poderão participar desta licitação:
- 4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.3.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.3.2.1. O impedimento de que trata nesse item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.3.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.3.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.3.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.3.6.1. Essa vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes **declarações**:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.4.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.4.1.2. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, o afastamento do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. Que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

## 5. DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar a(s) proposta(s) por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, de sua desconexão ou por sua omissão quando chamado à manifestação via “chat”.

- 5.6. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.7. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do campo **valor unitário**, considerando a prestação integral de cada item, as características do objeto e toda a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 23 da Lei 14.133/21, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R\$).
- 5.8. Não será permitida a oferta de quantitativo inferior ao definido no Termo de Referência, em razão da estimativa e prazos de entrega, gerenciamento dos instrumentos e riscos para a contratação.
- 5.9. A possibilidade de apresentação de preços diversos para o mesmo item também não será permitida, tendo em vista a não incidência das hipóteses previstas no artigo 82, III, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 5.10. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto a ser contratado por este Edital.
- 5.11. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivos horário de registro e valor.
- 6.3. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** de cada item, considerando o período de 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.
- 6.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.4.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de **R\$0,01 (um centavo)**;
- 6.4.2. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.
- 6.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado.

6.7. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que, em até 05 (cinco) minutos, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final, sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.7.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.8.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar, em até 05 (cinco) minutos, um lance final e fechado, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.10.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no portal de Compras do Governo Federal – “Compras.gov.br”.

6.11. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.12. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.13. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte, procedendo, à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.475, de 05 de outubro de 2015.

6.13.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.13.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.13.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa

de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.13.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.14. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.14.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.14.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.14.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.14.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.14.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.14.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.14.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.14.2.2. empresas brasileiras;

6.14.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.14.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.15. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.15.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.16. Sempre que a proposta não for aceita e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida.



## 7. DO ENCAMINHAMENTO E JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante detentor da melhor oferta, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação efetuada no sistema eletrônico, deverá encaminhar:

7.1.1. Sua **proposta** final, conforme modelo do Anexo II, a qual deverá:

7.1.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.

7.1.1.2. Indicar nome ou razão social da proponente, nº do CNPJ, endereço completo, telefone, e-mail, bem como o nome e nº do CPF de seu representante legal;

7.1.1.3. Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação;

7.1.1.4. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante detentor da melhor proposta, para fins de pagamento;

7.1.1.5. **Constar preço unitário e total do(s) item(ns)**, considerando o quantitativo estimado, expressos em Real (R\$), em algarismos, com apenas duas casas após a vírgula, computados todos os custos, inclusive frete e demais encargos que incidam sobre o objeto.

7.1.1.6. **Declarar** que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: **deslocamento** e demais custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, contribuições parafiscais, além de quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

7.1.1.7. **Declarar** que está ciente da obrigação em celebrar os contratos (ou demais instrumentos congêneres) que poderão advir decorrentes da Ata de Registro de Preços e que a existência de preços registrados implicará compromisso da prestação dos serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.

7.2. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.3. O licitante deverá comprovadamente, possuir poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

7.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos, devendo ser observada no decorrer da execução do contrato e na aplicação de eventual sanção à Detentora da Ata ou Contratada, se for o caso.

7.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Detentora da Ata e/ou Contratada.

7.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade



disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

- 7.7.1. Contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 7.7.2. Não obedeça às especificações técnicas contidas em edital;
- 7.7.3. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.4. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 7.7.5. Apresentar preço final superior ao orçamento estimado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.7.5.1. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

7.7.5.1.1. Comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.7.5.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/21.

7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

8.1. Para participação no Pregão, referentes às informações atinentes à sua habilitação, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, informando que:

- 8.1.1. Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
- 8.1.2. Inexiste impedimento à sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;
- 8.1.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.1.4. Manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 8.1.5. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe

o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

8.1.6. Em cumprimento à legislação trabalhista:

8.1.6.1. Observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

8.1.6.2. Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

8.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

8.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;

8.2.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.2.5. Relação de empresas apenadas pelo Governo do Estado de São Paulo;

8.2.6. Relação de empresas apenadas pela Prefeitura de São Paulo.

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.6. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

8.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados

por meio do sistema, em formato digital, **NO PRAZO DE 02 (DUAS) HORAS**, prorrogável por igual período em caso de solicitação tempestiva e justificada, contado da solicitação do pregoeiro.

8.7.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro

8.8. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de máximo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

8.9. Findo o prazo concedido não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

8.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.11. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Todos os documentos deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente com o número do CNPJ, e endereço respectivo.

8.12.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

8.12.2. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz;

8.12.3. Se o licitante for a matriz e a fornecedora for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial simultaneamente.

8.13. Os licitantes poderão suprir a ausência da documentação de habilitação que deveria constar no SICAF ou não contemplados por ele encaminhando, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, até a data e horário marcados para abertura da sessão, para fins de habilitação:

**8.13.1. Habilitação jurídica:**

8.13.1.1. Comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

**8.13.2. Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.13.2.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** (CNPJ);

8.13.2.2. Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível

com o objeto contratual;

8.13.2.3. Prova de **regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13.2.4. Prova de **regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

8.13.2.5. Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

8.13.2.6. Certidão **Negativa de débitos referentes a tributos estaduais** relacionados com o objeto licitado, do domicílio ou sede do licitante.

8.13.2.6.1. Os licitantes com domicílio ou sede no Estado de São Paulo deverão comprovar a regularidade fiscal por meio da Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, conforme Decreto Estadual nº 61.141, de 27 de fevereiro de 2015.

8.13.2.7. Prova de **regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativamente aos tributos mobiliários;

8.13.2.7.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.13.2.8. Os documentos referentes à regularidade fiscal e trabalhista poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

8.13.2.8.1. O licitante detentor da melhor proposta, enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.13.2.8.2. Serão aceitas como prova de regularidade certidões positivas com efeito de negativas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

### 8.13.3. **Qualificação técnica - OPERACIONAL**

8.13.3.1. **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou CERTIDÃO(ÕES)**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado), em papel timbrado, **em nome da empresa licitante**, devidamente datado(s), assinado(s) e com a identificação do atestante, que comprove(m) a

execução de serviços com características semelhantes ao objeto.

8.13.3.1.1. Consideram-se serviços de características semelhantes, conjuntamente:

8.13.3.1.1.1. Levantamento de realidade virtual com uso de *Laser Scan/LiDAR* e

8.13.3.1.1.2. Elaboração de Modelos *BIM* a partir de nuvem de pontos

8.13.3.1.2. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) estar acompanhado(s) da(s) **CERTIDÃO(ÕES) DE ACERVO TÉCNICO – CAT** ou **CERTIDÃO(ÕES) DE ACERVO OPERACIONAL – CAO** expedida(s) pelo Sistema CREA/CONFEA ou CAU.

8.13.3.1.3. Será admitido o somatório de atestados.

8.13.3.1.4. Poderá ser realizada diligência para comprovar a autenticidade do(s) atestado(s).

8.13.3.2. **Comprovação de registro da empresa** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, evidenciando sua habilitação legal para a execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação.

8.13.3.2.1. Caso o licitante seja registrado em outro Estado, deverá providenciar o visto do CREA-SP/CAU-SP até a assinatura da Ata de Registro de Preços.

#### 8.13.4. **Qualificação técnica - PROFISSIONAL**

8.13.4.1. **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA** ou **CERTIDÃO(ÕES)**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado), em papel timbrado, devidamente datado(s), assinado(s) e com a identificação do atestante, acompanhado(s) da(s) **CERTIDÃO(ÕES) DE ACERVO TÉCNICO – CAT** ou **CERTIDÃO(ÕES) DE ACERVO OPERACIONAL – CAO** expedida(s) pelo Sistema CREA/CONFEA ou CAU, em nome do(s) profissional(is) de nível superior com formação em Engenharia ou Arquitetura e Urbanismo, que comprove(m) a execução de serviços com características semelhantes ao objeto.

8.13.4.1.1. Consideram-se serviços de características semelhantes, conjuntamente:

8.13.4.1.1.1. Levantamento de realidade virtual com uso de *Laser Scan/LiDAR* e

8.13.4.1.1.2. Elaboração de Modelos *BIM* a partir de nuvem de pontos

8.13.4.2. **Comprovação de vínculo do profissional** com o licitante, mediante apresentação de um dos seguintes documentos, sendo obrigatório que este profissional seja o mesmo indicado no(s) atestado(s) ou certidão(ões) apresentado(s):

8.13.4.2.1. Das anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, acompanhada da respectiva Ficha de Registro ou;

8.13.4.2.2. Do Contrato de Prestação de Serviços ou;

8.13.4.2.3. Da Ata da Assembleia relativa à investidura no cargo ou;

8.13.4.2.4. Do Contrato Social

8.13.4.2.5. Admitir-se-á, para fins de habilitação, declaração assinada pelas partes de

que o licitante contratará, até a assinatura da Ata, o(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s), acompanhada da anuência do(s) profissional(is).

**8.13.5. Qualificação Econômico-Financeira:**

8.13.5.1. **Certidão negativa de falência**, expedida pelo distribuidor do principal estabelecimento da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

8.13.5.1.1. No caso de certidão positiva, o licitante deverá juntar a Certidão de Objeto e Pé do processo, expedida pelo órgão competente, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).

8.13.5.1.2. No caso de sociedade simples, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento relativos à solvência ou não do licitante, expedido pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

8.13.5.2. No caso de empresa em **Recuperação Judicial**, o licitante deverá apresentar uma **declaração/certidão**, emitida pela instância judicial competente, que comprove a homologação/deferimento do seu plano de recuperação judicial/extrajudicial pelo juízo competente, a sua vigência, e, por conseguinte, a sua boa saúde financeira.

8.14. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar ainda:

8.14.1. **DECLARAÇÃO** subscrita por quem detenha poderes de representação, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 56.475/2015, bem como de que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação, conforme modelo constante do Anexo III.

8.14.1.1. No caso de microempreendedor individual, a declaração poderá ser substituída pelo Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, emitido pelo Portal do Empreendedor.

8.15. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.16. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPDG nº 2, de 11 de outubro de 2010.

8.16.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.16.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.

8.17. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista, conforme estatui o art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado habilitado, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.17.1. Os licitantes, ainda que pretendam apresentar sua regularidade fiscal ou trabalhista com alguma restrição, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar o cumprimento dos requisitos de habilitação, uma vez que neste Edital constam as exigências próprias para quem pretender se utilizar deste benefício, ficando, portanto, implícita a ressalva da possibilidade de apresentação de documentação afeta à regularidade fiscal com restrição e regularização “a posteriori”.

8.18. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a habilitação, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.18.1. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.19. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.21. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos dentro do prazo concedido, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.22. No caso de inabilitação, seguir-se-á a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.23. Os documentos apresentados deverão estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica do Edital, do próprio documento ou de lei aplicável à espécie, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da sua expedição.

8.24. Da sessão pública do Pregão, divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. O Pregoeiro habilitará o licitante e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de dez minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema.

9.2. Havendo manifestação o recorrente terá o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo,



apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação dos atos realizados e deles decorrentes, desde que insuscetíveis de aproveitamento, ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

11.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor pela autoridade competente que, posteriormente homologará a licitação.

## **12. DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO**

12.1. As obrigações decorrentes desta licitação consubstanciar-se-ão nos termos da minuta da Ata de Registro de Preços – Anexo IV e minuta de Dados de Empenho – Anexo VI.

12.2. A adjudicatária será convocada pelo Tribunal para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

12.3. Antes da assinatura da Ata de Registro de Preços o licitante vencedor deverá apresentar, caso ainda não o tenha feito, além dos documentos que estiverem vencidos:

12.3.1. **O contrato social e a procuração** de plenos poderes para a sua assinatura;

12.3.2. **Comprovação do vínculo** com o profissional habilitado, mediante a apresentação de um dos documentos abaixo relacionados:

12.3.2.1. Das anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social, acompanhada da respectiva Ficha de Registro ou

12.3.2.2. Do Contrato de Prestação de Serviços ou

12.3.2.3. Da Ata da Assembleia relativa à investidura no cargo ou

12.3.2.4. Do Contrato Social

12.3.3. No caso de empresa em **recuperação judicial ou extrajudicial**, cópia do ato de nomeação do seu administrador judicial, ou, para o caso de o administrador ser pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo, acompanhada de declaração do juízo ou do administrador, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial/extrajudicial.

12.4. O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término do prazo, sob alegação de motivo justo que poderá ou não ser aceito pela Administração.

12.5. Na hipótese do não atendimento à convocação ou havendo recusa em fazê-lo, a Administração convocará os demais licitantes, observada a ordem de classificação, independentemente das penalidades previstas neste Edital.

12.5.1. Em caso de convocação das licitantes classificadas remanescentes, deverão ser averiguadas as condições de habilitação destas. Antes de emitir a Nota de Empenho o Tribunal de Contas do Município de São Paulo efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal (CADIN), conforme estabelecido no inciso I, art. 3º, da Lei nº 14.094/2005, ou na Legislação que vier a substituí-la.

12.5.2. Caso exista registro de débito no CADIN, a Proponente adjudicatária estará impossibilitada de contratar com a Administração, salvo se estiver suspenso o impedimento, conforme dispositivo legal vigente, ou se a Proponente comprovar ter ajuizado ação com garantia oferecida, na forma da lei, ou ainda, comprovar estar suspensa a exigibilidade do crédito.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

13.1. As obrigações do Órgão Gerenciador/Contratante e da Detentora da Ata/Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência na Ata de Registro de Preços e nos Dados para Empenho, conforme minutas constantes nos Anexos IV e VI.

### **14. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

14.1. Conforme previsto na Minuta da Ata de Registro de Preços – Anexo IV.

### **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante/contratado que:

15.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

15.1.2. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar

declaração falsa durante a licitação;

15.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

15.1.4. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

15.1.5. Fraudar a licitação;

15.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. O licitante que, convocado para assinar a ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

15.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.4.1. Advertência;

15.4.2. Multa de 2% (dois por cento), podendo ser majorada a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado da contratação se a licitação for prejudicada pela conduta do licitante;

15.4.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta, inobstante a possibilidade de aplicação concomitante de sanção mais gravosa, se o licitante:

15.4.3.1. recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços

15.4.3.2. não apresentar a documentação exigida para a assinatura da Ata de Registro de Preços;

15.4.3.3. apresentar documentação falsa;

15.4.3.4. não mantiver proposta ou lance;

15.4.3.5. comportar-se de modo inidôneo

15.4.4. Impedimento de licitar e de contratar, bem como o descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 03 (três) anos, nos termos do artigo 156, inciso III, combinado com o § 4º, da Lei nº 14.133/2021;

15.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos termos do artigo 156, inciso IV, combinado com o § 5º, da Lei Licitação.

15.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que

assegurar o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 14.141, de 27 de março de 2006 (Lei de Processo Administrativo do Município de São Paulo).

15.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Administração Pública;

15.8. As importâncias relativas às multas serão descontadas, sempre que possível, do pagamento a que tiver direito a CONTRATADA, ou cobradas judicialmente, se for o caso.

## **16. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

16.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

16.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

16.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva, respeitando as disposições da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

16.3. Os licitantes remanescentes que concordarem em registrar o mesmo preço do licitante vencedor poderão fazê-lo desde que atendidos os mesmos requisitos de classificação e habilitação, previstos neste edital e exigidos do licitante detentor da melhor proposta.

16.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado, nas hipóteses previstas na Subseção X do Decreto Municipal nº 62.100/22.

16.5. Os licitantes que concordarem registrar o preço ficam obrigados ao cumprimento da respectiva Ata de Registro de Preços pelo respectivo período de vigência, sob pena de aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório.

## **17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

17.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital ou solicitar esclarecimentos.

17.2. As impugnações ou pedidos de esclarecimento poderão ser realizadas por forma eletrônica, pelo e-mail claudio.barone@tcm.sp.tc.br ou por petição dirigida ou protocolada na Unidade Técnica de Protocolo e Autuação do TCMSP, pelo e-mail utpa\_protocolo@tcm.sp.tc.br.

17.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.4. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

17.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.6. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. Fica o licitante ciente de que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste Edital e de seus anexos, não podendo invocar desconhecimento dos termos do instrumento convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro, por meio de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, pelo site [www.tcm.sp.gov.br](http://www.tcm.sp.gov.br)>Editais e no Portal de Compras do Governo Federal.

18.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.3.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata esse subitem, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

18.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.5. O Presidente do TCMSP somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o TCMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no TCMSP.

18.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.12. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro.

18.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.tcm.sp.gov.br> - Editais e no Portal de Compras do Governo Federal; e também poderão ser obtidos, mediante o pagamento correspondente ao custo da cópia reprográfica a ser recolhido aos cofres públicos, através de guia de recolhimento, das 8h às 16h, até o último dia que anteceder a data designada para a abertura do certame, na Av. Professor Ascendino Reis, 1.130 - Vila Clementino – São Paulo/SP, com o Pregoeiro.

## **19. DOS ANEXOS**

19.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.1.1. Anexo I - Termo de Referência;

19.1.2. Anexo II - Modelo de proposta (subitem 7.1.1 do Edital);

19.1.3. Anexo III - Modelo de declaração de ME/EPP/Cooperativa e inexistência de fatos supervenientes (subitem 8.14.1 do Edital);

19.1.4. Anexo IV - Minuta da Ata de Registro de Preços

19.1.5. Anexo V - Minuta de Cadastro Reserva - Adesão

19.1.6. Anexo VI - Minuta de Anexo de Empenho

São Paulo, 15 de maio de 2026

**CLÁUDIO VICENTE PALADINO BARONE**

Pregoeiro

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO

##### 1.1. Definição do objeto e sua natureza

Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de levantamento tridimensional a laser (escaneamento 3D) e modelagem *BIM* (*Building Information Modeling*), com finalidade de fornecer dados técnicos precisos e fundamentados que subsidiem as análises quantitativas e qualitativas de obras e serviços realizados e/ou fiscalizados pelos órgãos da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) e nas atividades administrativas do Tribunal, relacionadas à operação e à manutenção de seu prédio.

Os serviços são enquadrados como serviços comuns de engenharia, com execução por escopo/demanda, de forma não continuada.

##### 1.2. Quantitativos e especificações

| Item | Serviço  | Unidade        | Quantidade |
|------|--|----------------|------------|
| 1    | Levantamento com <i>Laser Scanner</i> 3D (com processamento e registro da nuvem de pontos bruta) | m <sup>2</sup> | 50.000     |
| 2    | Modelagem <i>BIM</i> ( <i>LOD 300</i> )  | m <sup>2</sup> | 50.000     |

Tais valores levam em conta uma projeção de provável utilização para um período de 12 (doze) meses, totalmente dependente da existência e do volume de obras e serviços de engenharia e arquitetura a serem fiscalizados e acompanhados pela Auditoria do TCMSP.

A prestação dos serviços envolve os seguintes requisitos:

| Item   | Serviço  |
|--|--|
| 1  | Levantamento com <i>Laser Scanner</i> 3D (com processamento e registro da nuvem de pontos bruta) |
| <p><b>Especificação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Utilização de equipamento <i>Laser Scanner</i> 3D de alta precisão, com alcance mínimo de 60 metros, resolução mínima de 1 mm a 10 metros, e capacidade de captura de pelo menos 1 milhão de pontos por segundo;</li> <li>. Densidade mínima de pontos: 50.000 pontos/m<sup>2</sup>;</li> <li>. Realização de varredura completa dos ambientes, incluindo áreas internas e externas, com cobertura de 100% da área demandada, sem zonas de sombra ou ausência de dados relevantes;</li> <li>. Geração de nuvem de pontos bruta em formato compatível com softwares de processamento (ex.: .RCP, .RCS, .E57, .LAS);</li> <li>. Registro e alinhamento das nuvens de pontos, com precisão mínima de 5 mm entre estações;</li> <li>. Realização de fotos imersivas 360° em todos os pontos de escaneamento, com resolução mínima de 8 MP;</li> <li>. Disponibilização de arquivos em meio digital, preferencialmente sob armazenamento em nuvem;</li> <li>. Elaboração de relatório técnico contendo metodologia, equipamentos utilizados, datas de execução, áreas levantadas e eventuais restrições encontradas;</li> <li>. Cumprimento das normas técnicas aplicáveis (ex.: ABNT NBR 15575, NBR 14166, ASTM E57);</li> <li>. Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).</li> </ul> |  |



| Item  | Serviço                 |
|---|-------------------------|
| 2   | Modelagem BIM (LOD 300) |
| <b>Especificação:</b>   |                         |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>. Modelagem BIM em plataforma Autodesk Revit ou equivalente, com exportação em formato .RVT e OpenBIM (.IFC4);</li> <li>. Nível de detalhamento LOD 300, contemplando elementos arquitetônicos, estruturais e instalações visíveis no levantamento;</li> <li>. Compatibilização do modelo com a nuvem de pontos gerada, garantindo precisão dimensional com variação máxima de 1 cm;</li> <li>. Identificação e representação de todos os elementos construtivos considerados relevantes pela CONTRATANTE (especificados na ordem de início de serviço): paredes, pisos, tetos, pilares, vigas, portas, janelas, escadas, coberturas, equipamentos fixos, muros de arrimo, canais de drenagem, pavimentos, etc.;</li> <li>. Inclusão de informações paramétricas básicas: dimensões, materiais, localização, identificação de ambientes;</li> <li>. Entrega do modelo BIM em arquivos digitais (.RVT, .IFC4), acompanhados de relatório técnico descritivo;</li> <li>. Geração de plantas, cortes, elevações e vistas 3D extraídas do modelo;</li> <li>. Cumprimento das normas técnicas aplicáveis (ex.: ABNT NBR 15965, NBR 16636, ISO 19650);</li> <li>. Fidelidade geométrica ao levantamento 3D, sem distorções ou omissões relevantes;</li> <li>. Organização do modelo em níveis, disciplinas e famílias, facilitando navegação e análise;</li> <li>. Compatibilidade com softwares de leitura, verificação e análise de modelos BIM (ex.: Autodesk AEC Collection, Solibri);</li> <li>. Interoperabilidade garantida pelo uso do padrão IFC4 (OpenBIM);</li> <li>. Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).</li> </ul> |                         |

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços (ARP), os órgãos e as entidades da Administração Pública Direta e Indireta, inclusive autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município poderão aderir à ARP na condição de não participantes, observados os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial no Decreto Municipal n.º 62.100/2022.

### 1.3. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação

O prazo da ARP será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do artigo 84 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Se a ARP for assinada digitalmente, será considerada celebrada na data da assinatura pela autoridade competente do TCMSP e, se assinada fisicamente, será considerada celebrada na data constante acima das assinaturas, ao final do instrumento.

Os quantitativos estimados na ARP serão renovados proporcionalmente ao período de eventual prorrogação, observada a estimativa de consumo prevista, nos termos do artigo 99, § 2.º, do Decreto Municipal n.º 62.100/2022.

As contratações decorrentes de acionamentos da ARP terão vigência mínima de 30 (trinta) dias, levando em conta o respectivo período de locação indicado pela área demandante, sem possibilidade de prorrogação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS**

**2.1.** A contratação foi objeto de Estudo Técnico Preliminar (ETP), que indicou ser tecnicamente viável, economicamente justificável e operacionalmente adequada para atender à necessidade identificada pela Auditoria do TCMSP, de modo que a solução baseada em levantamento tridimensional a laser e modelagem *BIM* representa um avanço significativo na fiscalização de obras públicas, permitindo maior precisão, transparência e eficiência nos processos de auditoria.

**2.2.** A utilização de tais serviços guarda consonância com as diretrizes da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto Federal n.º 11.888/2024, além de refletir boas práticas nacionais e internacionais de Controle Externo, e sua contratação contribuirá para:

**2.2.1.** Redução de riscos de erros e inconsistências nas medições;

**2.2.2.** Melhoria da qualidade das evidências técnicas utilizadas nas auditorias;

**2.2.3.** Fortalecimento da *accountability* e da transparência na gestão pública;

**2.2.4.** Uso racional dos recursos, com impacto positivo na economicidade e eficiência institucional.

**2.3.** Concluiu-se assim pela adequação da contratação como instrumento estratégico para modernização das atividades de fiscalização, garantindo maior efetividade no cumprimento da missão institucional do TCMSP.

**2.4.** A contratação, já prevista no Plano de Contratações Anual do TCMSP para 2026 e registrada no PNCP, está em conformidade com o Plano Estratégico 2025–2029. Esse alinhamento contribui para alcançar O RESULTADO EXTERNO estabelecido, que consiste na melhoria da gestão e fiscalização dos principais contratos da PMSP, promovendo maior eficiência no uso dos recursos públicos e aprimorando a qualidade dos serviços municipais.

**2.5.** Nesse contexto, os serviços de levantamento tridimensional e modelagem BIM representam inovação significativa, aprimorando a análise de obras e serviços fiscalizados pela Municipalidade e contribuindo para os objetivos estratégicos desta Corte de Contas. Ademais, o emprego de tais serviços representa uma resposta estratégica às demandas crescentes por maior precisão, transparência e eficiência na fiscalização dos contratos públicos, alinhando-se às melhores práticas nacionais e internacionais de auditoria. A sua implementação, portanto, é justificada pela capacidade de agregar valor institucional, promover o uso racional dos recursos públicos e ampliar o impacto positivo das ações de controle externo, contribuindo diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos do TCMSP e para a melhoria da gestão pública municipal.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

**3.1.** A solução consiste na integralização dos serviços de levantamento tridimensional a *laser* e respectiva modelagem *BIM*, com georreferenciamento, destinados à fiscalização de obras públicas no Município de São Paulo.

### **3.2. Os elementos centrais da solução contemplam:**

**3.2.1.** Serviços de campo: escaneamento 3D com tecnologia *Laser Scanner*, geração de nuvem de pontos em alta densidade e fotos imersivas 360º;

**3.2.2.** Serviços de escritório: processamento da nuvem de pontos, limpeza de ruídos, consolidação dos dados e elaboração de modelos *BIM LOD 300* em plataforma *Autodesk Revit* e formato *OpenBIM (IFC4)*;

**3.2.3.** Entregáveis: nuvem de pontos (*.RCP/.RCS*), fotos imersivas 360º, modelos *BIM (.RVT e .IFC)*, relatórios técnicos e ART;

**3.2.4.** Execução: por escopo/demanda, com acionamento por meio de Ordem de Serviço, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis;

**3.2.5.** Manutenção e assistência técnica: não aplicáveis, por se tratar de serviços pontuais e não continuados;

**3.2.6.** Segurança e meio ambiente: cumprimento das normas técnicas e procedimentos de segurança.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Os serviços a serem contratados se enquadram como atividades acessórias, instrumentais e complementares às atividades de competência legal desta Corte de Contas, tendo como fundamento a previsão contida no item 39 da Norma Brasileira de Auditoria do Setor Público (NBASP) n.º 100 (Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público), visando subsidiar fiscalizações de obras públicas e serviços de engenharia.

**4.2.** A execução dos serviços será por escopo/demanda, sem natureza continuada, com prazo de vigência da Ata de Registro de Preços por 1 (um) ano, prorrogável por até igual período, conforme previsto na Lei Federal n.º 14.133/2021.

**4.3.** A nota de empenho ou documento equivalente, decorrente da ARP, terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

**4.4.** O regime de execução será de empreitada por preço unitário, com medição pela área apurada, em metros quadrados, para os 2 (dois) serviços previstos na contratação.

**4.5.** Não será permitida a subcontratação dos serviços, a fim de resguardar a exigência de qualificação técnica e a competitividade entre os licitantes, uma vez que o objeto é composto exclusivamente pelo serviço principal, consistente no levantamento cadastral e na modelagem, os quais demandam comprovação de capacidade técnica específica.

**4.6.** Não há necessidade de garantia ou assistência técnica.

**4.7.** Não estão previstas liberações especiais de trânsito ou de outro órgão de controle e fiscalização, cabendo à CONTRATADA a atenção às condições aplicáveis para a prestação dos serviços.

**4.8.** Considerando se tratar de serviços novos, não há previsão de transição contratual para transferência de conhecimento, tecnologia e/ou técnicas empregadas.

- 4.9.** Não há necessidade de apresentação de amostras ou realização de prova de conceito.
- 4.10.** A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas aplicáveis, bem como as exigências de segurança do trabalho e meio ambiente, podendo ser exigida a apresentação de procedimentos específicos de segurança, quando aplicável.
- 4.11.** Deverá ser garantido o sigilo e a rastreabilidade dos dados e informações obtidos e gerados durante a prestação dos serviços.
- 4.12.** Será garantida antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis para solicitação dos serviços.
- 4.13.** Os serviços deverão ser realizados preferencialmente em dia útil e dentro do horário comercial, entre 08h00min e 18h00min.
- 4.13.1.** Considera-se dia útil aquele indicado com expediente normal no CONTRATANTE, conforme seu calendário anual;
- 4.13.2.** Eventual necessidade de execução de serviço em dia e/ou horário diverso será objeto de alinhamento com a CONTRATADA, sob antecedência adicional de 2 (dois) dias úteis.
- 4.14.** Os serviços serão realizados em toda a área pertencente ao Município de São Paulo.
- 4.14.1.** Para circulação no Município de São Paulo, cabe à CONTRATADA a atenção à Zona de Máxima Restrição de Circulação (ZMRC), nos termos do Decreto Municipal n.º 56.920/2016 e da Portaria da Secretaria Municipal de Transportes (SMT) n.º 137/2018;
- 4.14.2.** Excepcionalmente, poderá haver demanda para execução em outros municípios da Região Metropolitana de São Paulo, desde que vinculada à competência do TCMSP;
- 4.14.3.** Os serviços também poderão executados nas dependências do TCMSP.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO**

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.** Quando diante da necessidade dos serviços, será realizado o respectivo acionamento da Ata de Registro de Preços (ARP), com indicação de quantitativos estimados de medição.
- 5.2.** O quantitativo mínimo por acionamento da ARP será de 500 m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados).
- 5.3.** Todo acionamento contemplará os 2 (dois) serviços contratados, quanto ao levantamento e sua respectiva modelagem BIM.
- 5.4.** O acionamento da ARP será realizado por meio de *e-mail* encaminhado à CONTRATADA com a respectiva Ordem de Início de Serviço, com prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência da data inicial de realização dos serviços previstos, prazo mínimo necessário para instrução, incluindo abertura de processo específico, juntada da ARP e do presente Termo de Referência, pesquisa de mercado com vigência válida, preenchimento dos dados necessários para emissão da nota de empenho, nos moldes do anexo constante na ARP, autuação do processo e emissão da NE, obrigatoriamente com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da primeira diária de locação.

**5.5.** O acionamento da ARP poderá contemplar mais de uma demanda de serviços, levando em conta 1 (um) ou mais períodos de realização, a serem executados dentro de determinado interstício, desde que num mesmo exercício.

**5.6.** A CONTRATADA deverá iniciar a execução do objeto, dentro da data fixada na Ordem de Início de Serviço.

**5.6.1.** Para cada demanda específica de execução, será formalizada uma Ordem de Serviço, enviada de forma eletrônica;

**5.6.2.** Todas as informações prestadas na Ordem de Serviço devem ser aprovadas por profissionais responsáveis e designados pelo CONTRATANTE;

**5.6.3.** Cada Ordem de Serviço contemplará o respectivo prazo de execução dos serviços, o qual estará vinculado a um cronograma previamente acordado entre as partes antes do início de sua execução.

**5.6.3.1.** Se necessário, previamente à emissão de Ordem de Serviço, poderá ser realizada reunião entre representantes do CONTRATANTE e da CONTRATADA para detalhar eventuais aspectos dos serviços a serem demandados.

**5.6.4.** Será garantida antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis para início de atendimento de demanda específica de execução.

**5.6.4.1.** O prazo de antecedência poderá, em caráter emergencial, ser reduzido para 5 (cinco) dias úteis, na eventualidade de atendimento urgente de determinada Ordem de Serviço, desde que conte com anuência da CONTRATADA;

**5.6.5.** Caberá o prazo de 2 (dois) dias úteis para confirmação do recebimento da Ordem de Serviço;

**5.6.6.** Transcorrido referido prazo, iniciará automaticamente a contagem do prazo para o início da prestação do serviço;

**5.6.7.** Todas as Ordens de Serviço deverão ser numeradas em ordem sequencial, possibilitando o controle e a referência a elas quando necessário;

**5.6.8.** Cada Ordem de Serviço definirá uma única obra ou serviço de engenharia;

**5.6.9.** Em caso de inviabilidade da execução de determinada Ordem de Serviço por parte da CONTRATADA, decorrente de fatos supervenientes ou problemas não previstos quando de sua emissão, o CONTRATANTE deverá ser imediatamente comunicado para que a CONTRATADA não sofra as penalizações previstas;

**5.6.10.** Se, durante a execução de determinada Ordem de Serviço, ocorrerem eventualidades de urgência em determinado local/equipamento, o CONTRATANTE deverá ser imediatamente comunicado, de modo a identificar eventuais providências necessárias para o atendimento do serviço demandado;

**5.6.11.** A documentação gerada com a execução integral dos serviços, com atendimento das condições especificadas, será disponibilizada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a execução dos serviços previstos nas respectivas Ordens de Serviço;

**5.6.12.** A conclusão do atendimento de cada Ordem de Serviço se efetivará por meio da

apresentação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a execução dos serviços, de relatório de sua execução;

**5.6.13.** O modelo de relatório de execução a ser elaborado e utilizado durante a execução contratual deverá ser submetido pela CONTRATADA para aprovação do CONTRATANTE;

**5.6.14.** Restará garantido o acesso da CONTRATADA à obra ou serviço de engenharia e arquitetura, desde que com acompanhamento de respectivo servidor do CONTRATANTE, o qual será responsável por obter as respectivas autorizações necessárias para execução dos serviços.

**5.6.14.1.** A CONTRATADA poderá realizar vistoria prévia ao local de realização dos serviços, desde que comunicado à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

**5.7.** A CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços, cujo valor deverá ser considerado quando da elaboração da proposta comercial.

**5.8.** A CONTRATADA deverá manter atualizadas, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esta contratação.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA PELO ÓRGÃO OU ENTIDADE**

**6.1.** O CONTRATO deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do CONTRATO, o prazo de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** A CONTRATADA designará formalmente seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**6.5.** O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

**6.6.** O CONTRATANTE poderá convocar o preposto da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.7.** A execução do CONTRATO deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo responsável pela fiscalização do CONTRATO, ou pelos respectivos substitutos.

**6.8.** O responsável pela fiscalização do CONTRATO deverá:

**6.8.1.** Manter, em custódia, os autos do processo de contratação;

**6.8.2.** Acompanhar a execução do objeto do CONTRATO, apontando as faltas cometidas pela CONTRATADA e, se for o caso, promover os registros pertinentes no processo de contratação;

- 6.8.3.** Proceder às anotações, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a execução do CONTRATO e determinar a correção e readequação das faltas cometidas pela CONTRATADA;
- 6.8.4.** Informar à CONTRATADA da necessidade de constante atualização documental, a fim de manter as condições de habilitação e o atendimento das exigências legais;
- 6.8.5.** Informar aos seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- 6.8.6.** Esclarecer que toda a comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será formalizada por escrito, com confirmação de recebimento;
- 6.8.7.** Esclarecer à CONTRATADA que eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximi-la da responsabilidade pela inexecução contratual.
- 6.9.** Durante a execução do CONTRATO, o responsável pela fiscalização do CONTRATO deverá:
- 6.9.1.** Manter contato com o preposto ou representante da CONTRATADA, durante toda a execução do CONTRATO, com o objetivo de garantir o cumprimento integral das obrigações pactuadas;
- 6.9.2.** Esclarecer as dúvidas do preposto ou representante da CONTRATADA, direcionando-as, quando for o caso, ao gestor de CONTRATO;
- 6.9.3.** Acompanhar os prazos de execução;
- 6.9.4.** Registrar, nos autos do processo de contratação, todas as ocorrências relacionadas à execução do CONTRATO, em especial as que repercutem na qualidade do objeto e que acarretam retenção no pagamento;
- 6.9.5.** Conferir a nota fiscal ou documento equivalente, confirmar o serviço e/ou fornecimento, juntar sua cópia e documentos pertinentes no respectivo processo e, na hipótese de erro ou divergência com as condições contratadas, aquela deverá ser recusada, mediante declaração expressa das razões da desconformidade;
- 6.9.6.** Caso a execução não esteja plenamente de acordo com o disposto no CONTRATO, sugerir, em entendendo necessária, a readequação deste, mediante termo aditivo. Na hipótese de a readequação ser necessária, encaminhar ao gestor do CONTRATO documento apontando as alterações cabíveis, acompanhado das justificativas pertinentes, não sendo permitida a redução ou ampliação de obrigações das partes;
- 6.9.7.** Nos casos em que for constatada falha na execução, não havendo acordo com a CONTRATADA para a correção, realizar as glosas pertinentes;
- 6.9.8.** Comunicar, por escrito, ao gestor do CONTRATO a ocorrência de danos causados pela CONTRATADA ao Tribunal ou a terceiros durante toda a execução do CONTRATO;
- 6.9.9.** Exigir a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e demais certidões exigidas por ocasião da habilitação/contratação, no caso de expiração do prazo de validade;



**6.9.10.** Efetuar análises a respeito da forma de execução mais adequada ao CONTRATO e remetê-las, por escrito, ao gestor do CONTRATO, a fim de subsidiá-lo com informações para as próximas contratações.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, na ARP e nos contratos ou notas de empenho ou documentos equivalentes dela derivados, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**7.1.** Designar preposto aceito pelo CONTRATANTE, para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com o responsável pela fiscalização do CONTRATO, o qual poderá solicitar as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, receber reclamações daquele e tomar todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas.

**7.1.1.** Deverão ser informados número de telefone e endereço de e-mail para contato, os quais servirão de meio de comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

**7.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**7.3.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições deste Termo de Referência, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

**7.4.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo responsável pela fiscalização do CONTRATO, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**7.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

**7.6.** Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

**7.7.** Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**7.8.** Cumprir os prazos para a execução do objeto.

**7.9.** Prover que a qualidade e a especificação dos serviços aplicados sejam condizentes com aquelas indicadas na respectiva proposta apresentada.

**7.10.** Entregar ao responsável pela fiscalização do CONTRATO, no prazo que for estipulado, os seguintes documentos: certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidão que

comprove a regularidade com a Dívida Ativa do Estado de São Paulo; certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA, relativamente aos tributos mobiliários; Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**7.11.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

**7.12.** Comunicar, imediatamente, ao responsável pela fiscalização do CONTRATO, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**7.13.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**7.14.** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade, durante a execução dos serviços, que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**7.15.** Manter atualizados os seguintes documentos: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); Certidão Negativa de Débitos (CND); Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certidão Estadual (CTE); e regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal, relativamente aos tributos mobiliários, sempre que ocorrer o vencimento de sua validade, sob pena de extinção do ajuste.

**7.16.** Atender prontamente a quaisquer exigências do CONTRATANTE, inerentes ao objeto da contratação.

**7.17.** Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**7.18.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

**7.19.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**7.20.** Atender todas as Normas Regulamentadoras (NRs) – Da Segurança e Medicina do Trabalho – e demais normas relacionadas à execução do objeto.

**7.21.** Responsabilizar-se por eventuais danos decorrentes da execução do objeto.

**7.22.** Manter durante toda a execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

**7.23.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto.

**7.24.** Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a se manifestar e atender prontamente.

**7.25.** Zelar pelo sigilo inerente à execução do objeto e pela confidencialidade quanto aos dados e informações do CONTRATANTE, empregando todos os meios necessários para tanto.

**7.26.** Assumir todos os eventuais danos causados diretamente ao CONTRATANTE, quando estes tiverem sido ocasionados, por seus empregados ou prepostos, durante a execução do objeto.

**7.27.** Arcar com todas as despesas decorrentes da não observância das condições constantes do objeto, bem como de infrações praticadas por seus empregados ou prepostos, ainda que no recinto do CONTRATANTE.

**7.28.** Comprovar, se necessária e demandada, a responsabilidade técnica dos profissionais envolvidos na execução do objeto, nos termos da legislação vigente.

**7.29.** Entregar todos os documentos, relatórios e demais registros de forma digital.

**7.30.** Fornecer os meios de interação virtual necessárias ao desenvolvimento das atividades.

## **8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Destacam-se as principais obrigações do CONTRATANTE:

**8.1.** Executar todas as obrigações legais e as contidas neste Termo de Referência, na ARP e nos contratos ou notas de empenho ou documentos equivalentes dela derivados.

**8.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**8.3.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

**8.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

**8.5.** Indicar o servidor que atuará como fiscal da contratação.

**8.6.** Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços, por meio de um representante especialmente designado para este fim.

**8.7.** Emitir a Ordem de Início dos Serviços, para acionamento da Ata de Registro de Preços (ARP).

**8.8.** Emitir a Ordem de Serviços, após a assinatura do contrato ou nota de empenho ou documento equivalente, por ambas as partes.

**8.9.** Rejeitar, justificadamente, no todo ou em parte, a execução do objeto realizada em desacordo com a especificação, inclusive na hipótese execução por terceiros sem autorização.

**8.10.** Notificar a CONTRATADA, por escrito, a respeito da ocorrência de eventuais imperfeições observadas no curso de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

**8.11.** Prestar informações e esclarecimentos que vierem a ser formalmente solicitados.

**8.12.** Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei, neste Termo de Referência e na ARP, bem como nos contratos ou notas de empenho ou documentos equivalentes dela derivados.

**8.13.** Caberá ao(à) responsável pela fiscalização do CONTRATO propor, à autoridade competente, a aplicação de penalidades, mediante caracterização da infração imputada à CONTRATADA.

**8.14.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

**8.15.** Analisar e responder a todos os documentos encaminhados pela CONTRATADA, em prazo hábil, para que não haja prejuízo ao andamento dos serviços.

**8.16.** Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do artigo 93, § 2.º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**8.17.** Sustar, no todo ou em parte, a execução do objeto, sempre que a medida for considerada necessária.

**8.18.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do CONTRATO.

**8.19.** O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**8.20.** Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser por ela solicitados.

**8.21.** Verificar, durante a vigência do CONTRATO, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

**8.22.** Verificar minuciosamente, nos prazos fixados, a conformidade do objeto perante as especificações constantes deste Termo de Referência e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**8.23.** Emitir os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, conforme disposto no artigo 140 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e artigos 140 e 141 do Decreto Municipal n.º 62.100/2022.

## **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**9.1.** Os serviços serão medidos pela CONTRATADA e atestados pelo responsável pela fiscalização do CONTRATO.

**9.2.** A avaliação da execução do objeto terá como parâmetro:

**9.2.1.** O nível de detalhamento *LOD 300*, contemplando elementos arquitetônicos, estruturais e instalações visíveis no levantamento;

**9.2.2.** A compatibilização do modelo com a nuvem de pontos gerada;

**9.2.3.** A identificação e representação de todos os elementos construtivos relevantes pela CONTRATANTE (especificados na ordem de início de serviço): paredes, pisos, tetos, pilares, vigas, portas, janelas, escadas, coberturas, equipamentos fixos, muros de arrimo, canais de drenagem, pavimentos, etc.;

**9.2.4.** A inclusão de informações paramétricas básicas: dimensões, materiais, localização, identificação de ambientes;

**9.2.5.** A entrega do modelo BIM em arquivos digitais (.RVT, .IFC4), acompanhados de relatório técnico descritivo;

**9.2.6.** A geração de plantas, cortes, elevações e vistas 3D extraídas do modelo.

**9.3.** O pagamento será realizado, após o ateste do recebimento da prestação dos serviços, em parcela única, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o término de sua completa execução, contemplando os 2 (dois) serviços contratados, de levantamento e modelagem *BIM*, considerando como primeiro dia dessa contagem aquele dia útil imediatamente após o último dia de execução, mediante apresentação da nota fiscal ou documento equivalente, por meio de depósito em conta corrente ou de ficha de compensação, ambas de titularidade da CONTRATADA.

**9.4.** A medição dos serviços será apurada pela respectiva unidade de medida, em metros quadrados para ambos os serviços, de levantamento e modelagem *BIM*.

**9.5.** A medição será atestada pelo responsável pela fiscalização do CONTRATO a partir dos documentos comprobatórios disponibilizados pela CONTRATADA.

**9.6.** Na hipótese de divergência de valores entre o apresentado pela CONTRATADA e o conferido pelo CONTRATANTE, prevalecerá o verificado por este último, até que as partes dirimam a controvérsia.

**9.7.** Na hipótese de erro ou divergência em relação às condições contratadas, a nota fiscal ou documento equivalente será recusada pelo CONTRATANTE mediante declaração expressa das razões da desconformidade, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação da nova nota fiscal ou documento equivalente devidamente corrigida.

**9.8.** Antes do pagamento, o CONTRATANTE efetuará consulta dos dados da CONTRATADA no Cadastro Informativo Municipal (CADIN), observando-se que a existência de registro no CADIN impede a realização de pagamento, conforme estabelecido no inciso II, artigo 3.º, da Lei Municipal n.º 14.094/2005.

**9.9.** Os pagamentos efetuados com atraso por culpa exclusiva do CONTRATANTE terão o valor do principal reajustado pelo índice de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata temporis”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer (conforme Portaria da Secretaria Municipal de Finanças (SF) n.º 05/2012).

## **10. RECEBIMENTO**

**10.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita da CONTRATADA do encerramento da execução contratual.

**10.1.1.** A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções

resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

**10.1.2.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**10.2.** Os serviços serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, cabendo ao(s) responsável(is) pelo recebimento definitivo:

**10.2.1.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

**10.3.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**10.4.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do CONTRATO.

## **11. REAJUSTE**

**11.1.** Os preços registrados decorrentes da ARP poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data-base, aplicando-se o índice IPC-FIPE (do mês de referência do orçamento estimado da contratação), acumulado em 12 (doze) meses, contados da data da pesquisa de mercado.

**11.2.** A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto, nos termos das disposições previstas nos artigos 105 e 106 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

**11.2.1.** A CONTRATADA deverá, caso seja solicitado pelo CONTRATANTE, instruir o pedido de reajuste com a documentação pertinente, para conferência e para homologação dos cálculos pelo CONTRATANTE;

**11.2.2.** O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do subitem 11.1.

**11.2.3.** Na hipótese de divergência de valores entre o apresentado pela CONTRATADA e o conferido pelo CONTRATANTE, prevalecerá o verificado pelo CONTRATANTE, até que as partes dirimam a controvérsia;

**11.2.4.** O reajuste concedido será registrado por meio de apostila.

## **12. PENALIDADES**

**12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, a CONTRATADA que:

a) Der causa à inexecução parcial do CONTRATO;

- b) Der causa à inexecução parcial do CONTRATO que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do CONTRATO;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado aceito pelo TCMSP;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do CONTRATO;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do CONTRATO;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal n.º 12.846/2013.

**12.2.** O cometimento destas ou de qualquer outra infração prevista em Lei, condizente com a execução contratual, sujeitará a CONTRATADA à aplicação das penalidades descritas neste item.

**12.3.** Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**12.3.1.** Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do CONTRATO, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**12.3.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**12.3.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**12.3.4.** Multa:

**12.3.4.1.** Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) do valor total da nota de empenho ou documento equivalente.

**12.3.4.2.** Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do respectivo contrato ou nota de empenho ou documento equivalente.

**12.3.4.3.** Compensatória, para a inexecução total do CONTRATO prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% (vinte por cento) do valor total do respectivo contrato ou nota de empenho ou documento equivalente.

**12.3.4.4.** Moratória, para as infrações descritas no item “d” do subitem 12.1, de 4% (quatro por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total da nota de empenho ou documento equivalente, e limitada a 5 (cinco) dias, após o que o objeto poderá ser considerado como definitivamente não realizado e os serviços poderão não mais ser aceitos pelo CONTRATANTE, configurando-se, assim, a inexecução do ajuste.

**12.3.4.5.** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do respectivo contrato ou nota de empenho ou documento equivalente.



**12.3.4.6.** Compensatória de 2% (um por cento) por ocorrência, sobre o valor total do respectivo contrato ou nota de empenho ou documento equivalente, no descumprimento das obrigações nele contidas, ou ainda no edital e/ou no Termo de Referência, considerando os demais elementos próprios da prestação dos serviços, excetuando-se as situações nas quais foram estabelecidas multas específicas, conforme item(ns) anterior(es), limitada ainda ao máximo de 10 (dez) ocorrências por contrato ou nota de empenho ou documento equivalente, momento em que poderá se caracterizar a inexecução parcial do ajuste.

**12.3.4.6.1.** Em caso de reincidência, em período inferior a 3 (três) meses, o percentual acima referido poderá ser majorado para 3% (três por cento) por ocorrência.

**12.3.4.7.** Compensatória de 20% (vinte por cento) do valor do respectivo contrato ou nota de empenho ou documento equivalente, caso a CONTRATADA dê causa à extinção do ajuste, sem motivo justificado e aceito pelo CONTRATANTE.

**12.4.** As penalidades serão aplicadas, salvo se houver motivo de força maior ou caso fortuito, justificado e aceito, a critério exclusivo do CONTRATANTE.

**12.5.** A soma das penalidades não excederá a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato ou nota de empenho ou documento equivalente.

**12.6.** As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas ou descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à CONTRATADA ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

**12.7.** O não recolhimento das multas, no prazo previsto, ensejará a incidência de atualização monetária e juros moratórios, calculados em conformidade com a Lei Municipal n.º 13.275/2002 e sujeitará a CONTRATADA à aplicação do disposto no artigo 156, § 8.º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**12.8.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

**12.9.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.10.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

**12.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**12.12.** No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Título IV, Capítulo I, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**12.13.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**12.13.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**12.13.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**12.13.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**12.13.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**12.13.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

### **13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

**13.1.** O fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade de Pregão, em meio eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP).

**13.2.** Será adotado o critério de julgamento por menor preço global, considerando um grupo único para os 2 (dois) itens, observando que, nos valores propostos, deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

**13.3.** A CONTRATADA não poderá se enquadrar nas seguintes situações:

**13.3.1.** Não atender às condições da contratação e seu(s) anexo(s);

**13.3.2.** Ser pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**13.3.3.** Manter vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**13.3.4.** Ser pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação da contratação, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**13.3.5.** Ser Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI), atuando nessa condição, direta ou indiretamente, ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1.º do artigo 9.º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**13.4.** A habilitação da CONTRATADA levará em conta as disposições contidas nos artigos 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e nos artigos 50 a 52 do Decreto Municipal n.º 62.100/2022.

**13.5.** Nos termos do artigo 62 da Lei Federal n.º 14.133/2021, será exigido, para fins de habilitação dos fornecedores, os requisitos obrigatórios indicados para habilitação jurídica (nos termos do artigo 66 da referida lei) e fiscal, social e trabalhista (nos termos do artigo 68 da referida lei).

**13.6.** Para alcance dos fins pretendidos da contratação, a CONTRATADA deverá apresentar Qualificação Técnica Operacional e Profissional.

**13.7.** Não se vislumbra impedimento à concessão de tratamento favorecido a microempresas, pequenas empresas e entidades equiparadas, na forma da Lei Complementar n.º 123/2006, desde que não haja risco ao provimento dos serviços, notadamente quanto à ausência de parcelamento ou fracionamento.

**13.8.** Não se vislumbra necessidade de restrição de participação de empresas reunidas em consórcio e/ou cooperativas.

**13.9.** Diante do vulto da contratação, não se identifica necessidade de realização licitação internacional.

#### **14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1.** As despesas resultantes do presente instrumento correrão por conta dos recursos constantes da(s) dotação(ões) orçamentária(s) própria(s) que será(ão) indicadas posteriormente, e, no próximo exercício, se for o caso, à conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) prevista(s) para atender a despesas da mesma natureza.

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**  
**(A SER PREENCHIDA PELA EMPRESA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR)**

Ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo  
 Endereço: Av. Professor Ascendino Reis 1.130, São Paulo  
 Processo: TC/000191/2026  
 Pregão nº \_\_\_\_\_  
 Abertura dia \_\_\_\_ às \_\_\_\_ horas.

A empresa \_\_\_\_\_ CNPJ. nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, complemento: \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade: \_\_\_\_\_, Estado: \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_ (profissão), portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, **observadas as especificações constantes do Anexo I do Edital**, propõe o seguinte:

**Grupo único**

| Item                              | Descrição do Item  | Qtde                 | Valor unitário | Valor Total |
|-----------------------------------|--|----------------------|----------------|-------------|
| 01                                | Levantamento com <i>Laser Scanner</i> 3D (com processamento e registro da nuvem de pontos bruta) | 50.000m <sup>2</sup> | R\$            | R\$         |
| 02                                | Modelagem <i>BIM (LOD 300)</i>   | 50.000m <sup>2</sup> | R\$            | R\$         |
| <b>* Valor total por extenso*</b> |  |                      | <b>TOTAL</b>   | <b>R\$</b>  |

VALIDADE DA PROPOSTA: Será de \_\_\_\_\_ dias contados a partir da data de abertura da Sessão Pública (mínimo de 60 dias).

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: conforme Minuta de Dados para Empenho – Anexo VI.

INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTO: banco \_\_\_\_\_, número da conta \_\_\_\_\_ e agência \_\_\_\_\_.

Na formulação desta proposta declaramos:

- i. que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: deslocamento e demais custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, contribuições parafiscais, além de quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.
- ii. ciência da obrigação em celebrar os contratos (ou demais instrumentos congêneres) que poderão advir decorrentes da Ata de Registro de Preços e
- iii. que a existência de preços registrados implicará compromisso de prestação dos serviços nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.

....., \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_

(Assinatura do responsável da proponente)

NOME/CPF -----

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME/EPP E INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES**

Processo: TC/000191/2026

Pregão nº

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº....., por intermédio de seu representante legal infra-assinado, Sr(a).  
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, **que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos da Lei Complementar 123/06, bem como que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

....., \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pela empresa proponente

Nome legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

**Obs. A declaração de ME/EPP deverá ser apresentada com os documentos de HABILITAÇÃO (subitem 8.14.1 do Edital).**

**ANEXO IV**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

ÓRGÃO GERENCIADOR: **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

DETENTORA: **<DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA>**

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de levantamento tridimensional a *laser* (escaneamento 3D) e modelagem *BIM (Building Information Modeling)*, com finalidade de fornecer dados técnicos precisos e fundamentados que subsidiem as análises quantitativas e qualitativas de obras e serviços realizados e/ou fiscalizados pelos órgãos da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) e nas atividades administrativas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, relacionadas à operação e à manutenção de seu prédio.

VALOR: **<R\$ \_\_\_\_\_>**

VIGÊNCIA: 1 (um) ano

PROCESSO Nº: TC/000191/2026

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**, CNPJ nº 50.176.270/0001-26, com endereço na Av. Prof. Ascendino Reis, 1.130 – São Paulo/SP, neste ato representado por seu Presidente, **DOMINGOS DISSEI**, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa <razão social da empresa>, CNPJ nº <\_\_\_\_\_, com endereço na Rua <\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_ CEP <\_\_\_\_-\_\_\_\_>, <\_\_\_\_\_, cidade/estado, neste ato representada por <função do representante>, <nome do representante>, doravante denominada **DETENTORA**, conforme autorização constante do processo em epígrafe, resolvem celebrar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, conforme o Edital de licitação, seus Anexos e a proposta formulada pela **DETENTORA**, integrantes desta, para todos os efeitos, bem



como as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Registro de Preços para a prestação de serviços de levantamento tridimensional a *laser* (escaneamento 3D) e modelagem *BIM* (*Building Information Modeling*), com finalidade de fornecer dados técnicos precisos e fundamentados que subsidiem as análises quantitativas e qualitativas de obras e serviços realizados e/ou fiscalizados pelos órgãos da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) e nas atividades administrativas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, relacionadas à operação e à manutenção de seu prédio.

1.2. O detalhamento das especificações dos objetos registrados consta do Termo de Referência.

1.3. Considera-se parte integrante desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP, como se nela estivessem transcritos, o Edital do Pregão Eletrônico nº <\_\_\_\_/\_\_\_\_> com seus anexos, o Termo de Referência, a Proposta de Preços da **DETENTORA** e a Ata da Sessão Pública do Pregão.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. O valor total estimado desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é de <R\$ \_\_\_\_\_, \_\_\_\_> <(valor por extenso)>, estando o preço unitário e a quantidade estimada a seguir discriminados:

| Item | Serviço   | Unidade        | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|------|---|----------------|------------|----------------|-------------|
| 01   | Levantamento com Laser Scanner 3D (com processamento e registro da nuvem de pontos bruta) | m <sup>2</sup> | 50.000     | R\$            | R\$         |
| 02   | Modelagem BIM (LOD 300)   | m <sup>2</sup> | 50.000     | R\$            | R\$         |

2.2. A existência de preços registrados não obriga o **ÓRGÃO GERENCIADOR** a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, conforme artigo 83 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO, DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS, DO REAJUSTE, DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA VEDAÇÃO DE ACRÉSCIMOS NOS QUANTITATIVOS FIXADOS

3.1. A vigência desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS é de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos

termos do artigo 84 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**3.1.1.** Se assinada digitalmente, considera-se celebrada na data da assinatura pela autoridade competente do TCMSP.

**3.1.2.** Se assinada fisicamente, considera-se celebrada na data constante acima das assinaturas, ao final do instrumento.

**3.2.** Os quantitativos estimados nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS serão renovados proporcionalmente ao período de eventual prorrogação, observada a estimativa de consumo prevista, nos termos do artigo 99, §2º do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

**3.3.** Os preços registrados decorrentes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data-base, da seguinte forma:

**3.3.1.** Para o reajuste previsto na subcláusula 3.3 aplicar-se-á o índice IPC-FIPE (mês de referência \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_), acumulado em 12 (doze) meses, contados da data da pesquisa de mercado (\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_).

**3.4.** A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto, nos termos das disposições previstas nos artigos 105 e 106 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

**3.5.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, será facultado à **DETENTORA** requerer ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**3.5.1.** Neste caso, a **DETENTORA** encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**3.5.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a **DETENTORA** deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos da subcláusula 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na legislação aplicável.

**3.5.3.** Na hipótese de cancelamento do registro da **DETENTORA**, nos termos da subcláusula anterior, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto na subcláusula 4.15.

**3.5.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** procederá ao cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da subcláusula 10.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**3.5.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço

registrado, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**3.5.6.** O **ÓRGÃO GERENCIADOR** comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**3.6.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**3.7.** Aplicar-se-ão as disposições desta cláusula, no que tange ao reajuste e à revisão dos preços, às contratações decorrentes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM A DETENTORA, DAS ADESÕES E DO CADASTRO RESERVA**

**4.1.** Durante a vigência desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, os órgãos e as entidades da Administração Pública Direta e Indireta, inclusive autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município de São Paulo poderão aderir a esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

**4.1.1.** Apresentação de justificativa da vantagem da adesão;

**4.1.2.** Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, na forma do artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**4.1.3.** Consulta e aceitação prévias do **ÓRGÃO GERENCIADOR** e da **DETENTORA**.

**4.2.** A autorização do **ÓRGÃO GERENCIADOR** apenas será realizada após a aceitação da adesão pela **DETENTORA**.

**4.3.** Após a autorização do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**4.4.** O prazo de que trata a subcláusula 4.3, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante, desde que aceita pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e respeitado o limite temporal de vigência desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**4.5.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para o **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

**4.6.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item poderão superar,

excepcionalmente, em até 100% (cem por cento) os quantitativos estimados, desde que devidamente justificado e observado, no conjunto das contratações decorrentes da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, o limite estabelecido pelo inciso II do § 2º do artigo 111 do Decreto Municipal nº 62.100/22.

**4.7.** Aos órgãos não participantes que aderirem a esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS competem os atos relativos à cobrança do cumprimento, pela **DETENTORA**, das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação a suas próprias contratações, informando as ocorrências ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

**4.8.** A contratação com a **DETENTORA** registrada na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS será formalizada pelo **CONTRATANTE** por intermédio de instrumento contratual, emissão de Nota de Empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.9.** O instrumento contratual de que trata a subcláusula 4.8 deverá ser assinado no prazo de validade desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**4.10.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.11.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

**4.11.1.** Será incluído na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b) Mantiverem sua proposta original.

**4.12.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**4.13.** O registro a que se refere a subcláusula 4.12 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**4.14.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**4.15.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) Quando o licitante vencedor não assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital;
- b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses

previstas na cláusula décima desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**4.16.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, e ficará disponibilizado durante a vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**4.17.** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.18.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

**4.19.** Quando o convocado não assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, e observado o disposto na subcláusula 4.15 e seguintes, fica facultado ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**4.20.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item “a” da subcláusula 4.15, aceitar a contratação nos termos da subcláusula 4.19, o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

- a) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**5.1.** Fica vedada à **DETENTORA** a subcontratação dos objetos registrados nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DE ENTREGA E DA EMISSÃO DO EMPENHO**

**6.1.** A contratação e a emissão de empenho serão autorizadas caso a caso, pelo Presidente do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, ou por servidor por ele delegado.

**6.1.1.** Autorizada a emissão da Nota de Empenho, será designado como fiscal o(a) servidor(a) responsável pelo cumprimento das disposições da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e pela estrita

observância das normas aplicáveis à matéria, inclusive as decorrentes do artigo 92 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

**6.1.2.** O compromisso de fornecimento só estará caracterizado após o recebimento da(s) Nota(s) de Empenho, decorrente(s) desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**6.2.** Os prazos para a entrega do objeto são os estipulados no Termo de Referência, parte integrante do Edital.

**6.3.** O **ÓRGÃO GERENCIADOR** realizará as contratações decorrentes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme descrições e quantidades constantes do Termo de Referência, parte integrante do Edital, mediante pedidos formulados pela Unidade Gestora desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DA DETENTORA**

**7.1.** Sem prejuízo das responsabilidades estabelecidas no Edital que deu origem a esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, bem como na legislação vigente ou nas demais cláusulas constantes deste instrumento, compete à **DETENTORA**:

**7.1.1.** Cumprir e fazer cumprir todas as normas, condições e prazos estabelecidos, especialmente da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 62.100/2022, obedecendo rigorosamente o disposto nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no Edital e em seus anexos, especialmente no Termo de Referência.

**7.1.2.** Designar seu preposto, com a prévia aceitação do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, para manter contato com o responsável pela fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, solicitando as providências necessárias ao adequado cumprimento das obrigações contratuais, recebendo as reclamações e tomando todas as medidas cabíveis para a resolução de falhas detectadas, em conformidade com o artigo 118 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.1.3.** Informar endereço eletrônico (*e-mail*) e número de telefone para envio de documentos pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, especialmente Notas de Empenho, como alternativa em caso da impossibilidade de o **ÓRGÃO GERENCIADOR** contatar o preposto.

**7.1.4.** Confirmar o recebimento da Nota de Empenho no prazo de até 2 (dois) dias úteis a partir do envio, conforme estabelecido no Termo de Referência.

**7.1.5.** Aceitar, durante a vigência desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e das contratações decorrentes, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto, conforme estabelecido no artigo 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.1.6.** Manter atualizadas, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital e pelo Termo de Referência, inclusive seus dados cadastrais.

**7.1.7.** Arcar com o pagamento de todos e quaisquer tributos, multas, encargos ou ônus oriundos do fornecimento dos objetos provenientes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, principalmente os de natureza fiscal, previdenciária e trabalhista.

**7.1.8.** A inadimplência da **DETENTORA**, com relação aos encargos estabelecidos na pertinente legislação, não transfere ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**7.1.9.** Responsabilizar-se pelos funcionários disponibilizados para executar o objeto desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, os quais não terão vínculo empregatício com o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, descabendo, por consequência, a imputação de qualquer obrigação trabalhista ou tributária a este.

## **CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

**8.1.** Caberá ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços e, ainda, o que segue:

**8.1.1.** Exercer a fiscalização da execução desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, indicando, formalmente, o fiscal e/ou gestor para acompanhamento, em conformidade com o artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**8.1.2.** Conduzir e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**8.1.3.** Notificar a **DETENTORA**, quando detectadas irregularidades na execução do objeto desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**8.1.4.** Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **DETENTORA**.

**8.1.5.** Enviar à **DETENTORA**, por *e-mail*, a respectiva Nota de Empenho.

**8.1.6.** Comunicar à **DETENTORA** sobre quaisquer irregularidades que porventura venha a constatar na execução do objeto.

**8.1.7.** Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da **DETENTORA** que ensejaram sua contratação.

**8.1.8.** Propor à autoridade competente a aplicação de penalidades, mediante caracterização da infração imputada à **DETENTORA**, respeitando os procedimentos e sanções previstos no Decreto Municipal nº 62.100/2022.

## **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

**9.1.** São obrigações do **ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**, além das já estipuladas nesta ATA DE REGISTRO DE



**PREÇOS:**

- 9.1.1.** Encaminhar ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- 9.1.2.** Zelar pelo cumprimento das obrigações contratualmente assumidas;
- 9.1.3.** Aplicar sanções em virtude de infrações aos termos dos contratos firmados;
- 9.1.4.** Informar ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** quando o fornecedor não atender as condições estabelecidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou recusar-se a aceitar/retirar a Nota de Empenho, bem como sobre as sanções aplicadas;
- 9.1.5.** Assegurar que o objeto da contratação pretendida é compatível com o objeto desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**10.1.** O registro da **DETENTORA** será cancelado pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** quando a **DETENTORA**:

- 10.1.1.** Descumprir as condições da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sem motivo justificado;
- 10.1.2.** Não retirar a Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** sem justificativa razoável;
- 10.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, nos termos do Decreto Municipal nº 62.100/2022; ou
- 10.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**10.1.4.1.** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III do *caput* do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada à **DETENTORA** não ultrapasse o prazo de vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, poderá o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**10.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas na subcláusula 10.1 será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**10.3.** Na hipótese de cancelamento do registro da **DETENTORA**, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**10.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**10.4.1.** Por razão de interesse público;

**10.4.2.** A pedido da **DETENTORA**, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

**10.4.3.** Em qualquer hipótese prevista na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 62.100/2022.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **DETENTORA** ao:

- a) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- b) Não celebrar a contratação ou deixar de aceitar/retirar o instrumento equivalente ou, ainda, não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta; apresentar documentação falsa; cometer fraude na execução das obrigações assumidas; fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;
- c) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

**11.2.** O cometimento destas ou de qualquer outra infração prevista em Lei, condizente com a execução contratual, sujeitará a **DETENTORA** à aplicação das penalidades descritas nesta cláusula décima primeira.

**11.3.** Serão aplicadas à **DETENTORA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**11.3.1.** Advertência, quando a **DETENTORA** der causa à inexecução parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**11.3.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “a” a “d” da subcláusula 11.1., sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**11.3.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “a” a “d” da subcláusula 11.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**11.3.4.** Multa:

**11.3.4.1.** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “d” da subcláusula 11.1, de 20% (vinte por cento) do valor registrado.

**11.3.4.2.** Compensatória de 2% (dois por cento) por ocorrência, calculada sobre o valor total registrado, pela não comprovação de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, limitada a 10% (dez por cento).

**11.3.4.3.** Compensatória de até 2% (dois por cento) por infração, calculada sobre o valor total registrado, pelo descumprimento de quaisquer outras obrigações relacionadas nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, limitada a 20% (vinte por cento).

**11.3.4.4.** Compensatória de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total registrado, caso a **DETENTORA** dê causa à extinção ou ao cancelamento do ajuste, sem justificativa aceita pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

**11.4.** As penalidades serão aplicadas, salvo se houver motivo de força maior ou caso fortuito, justificado e aceito, a critério exclusivo do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

**11.5.** A soma das penalidades não excederá a 30% (trinta por cento) do valor total registrado.

**11.6.** As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas ou descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à **DETENTORA** ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

**11.7.** O não recolhimento das multas, no prazo previsto, ensejará a incidência de atualização monetária e juros moratórios, calculados em conformidade com a Lei Municipal nº 13.275/2002 e sujeitará a **DETENTORA** à aplicação do disposto no artigo 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**11.8.** A aplicação das sanções previstas nesta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

**11.9.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **DETENTORA**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.10.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**11.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**11.12.** No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Título IV do Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**12.1.** O uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos do objeto contratado está limitado à finalidade da objeto contratado, sendo vedado seu uso para finalidades diferentes da expressamente determinada neste documento, sem o prévio consentimento do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, não podendo os dados serem tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.

**12.1.1.** As políticas de proteção de dados pessoais estabelecidas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD prevalecerão sobre quaisquer disposições eventualmente diversas na presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e demais documentos que instruem este procedimento.

**12.2.** A **DETENTORA** deverá prestar esclarecimentos ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram ao tema desta cláusula.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DOS CASOS OMISSOS**

**13.1.** Aplicam-se ao presente a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 62.100/2022 e legislação correlata, e, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, inclusive as específicas para o objeto contratado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO**

**14.1.** Fica eleito o Foro da Comarca desta Capital para solução de quaisquer litígios relativos à presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO**

**15.1.** Para a execução deste ajuste, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta, quanto ao objeto deste ajuste, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no inciso II do artigo 114 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ASSINATURA**

**16.1.** O presente instrumento será firmado pelas partes, preferencialmente na forma digital, por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela referida infraestrutura.

**16.1.1.** O procedimento para assinatura digital, bem como de verificação de autenticidade e data de emissão da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, se dará em conformidade com o estabelecido na Portaria SG/GAB nº 03/2021, observando-se a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001, Leis Federais nºs 11.419/2006 e 12.682/2012.

**16.2.** Eventuais instrumentos decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS também serão firmados pelas partes preferencialmente na forma digital.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, depois de lido e achado conforme.

Caso firmado fisicamente, as partes o assinam em duas vias de igual teor.

São Paulo, <preencher a data se for documento físico>

**TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE  
SÃO PAULO**  
**DOMINGOS DISSEI**  
Presidente

**<DENOMINAÇÃO SOCIAL DA EMPRESA>**  
**<NOME DO REPRESENTANTE>**  
<Cargo do representante>

**ANEXO V**

**MINUTA DE CADASTRO RESERVA – ADESAO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

PROCESSO Nº TC/000191/2026

TIPO DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico

OBJETO: Registro de preços contratação de empresa para prestação de serviços de levantamento tridimensional a laser (escaneamento 3D) e modelagem BIM (*Building Information Modeling*).

Empresa: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_, com endereço na \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu/sua \_\_\_\_\_ (função), \_\_\_\_\_ (nome completo), em consonância com o Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, com Lei Municipal nº 13.278/2002, com o Decreto Municipal nº 62.100/2022 e demais normas vigentes cabíveis, bem como pelas disposições do Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, tendo obtido a \_\_\_\_\_ (extenso) colocação no referido certame, adere ao valor e condições para prestação de serviços de levantamento tridimensional a laser (escaneamento 3D) e modelagem *BIM (Building Information Modeling)*, com finalidade de fornecer dados técnicos precisos e fundamentados que subsidiem as análises quantitativas e qualitativas de obras e serviços realizados e/ou fiscalizados pelos órgãos da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) e nas atividades administrativas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, relacionadas à operação e à manutenção de seu prédio, conforme especificações constantes do Termo de Referência, firmada na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS do qual este Anexo é parte integrante, conforme valores descritos abaixo:

| Especificação  | Quantidade           | Valor Unitário | Valor Total |
|--|----------------------|----------------|-------------|
| Levantamento com <i>Laser Scanner</i> 3D (com processamento e registro da nuvem de pontos bruta) | 50.000m <sup>2</sup> | R\$            | R\$         |
| Modelagem <i>BIM</i> (LOD 300)   | 50.000m <sup>2</sup> | R\$            | R\$         |

**TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO  
PAULO**  
**DOMINGOS DISSEI**  
Presidente

**<DENOMINAÇÃO SOCIAL DA EMPRESA>**  
**<NOME DO REPRESENTANTE>**  
<Cargo do representante>



**ANEXO VI**  
**MINUTA DE DADOS DE EMPENHO**

CONTRATANTE: **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
CONTRATADA: **<DENOMINAÇÃO SOCIAL EMPRESA>**  
CNPJ: **Nº**  
ENDEREÇO:  
TELEFONE:  
ENDEREÇO ELETRÔNICO (*e-mail*):  
OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços de levantamento tridimensional a *laser* (escaneamento 3D) e modelagem *BIM (Building Information Modeling)*, com finalidade de fornecer dados técnicos precisos e fundamentados que subsidiem as análises quantitativas e qualitativas de obras e serviços realizados e/ou fiscalizados pelos órgãos da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) e nas atividades administrativas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, relacionadas à operação e à manutenção de seu prédio.  
VALOR: R\$ \_\_\_\_\_  
PROCESSO Nº: TC/000191/2026

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** Constitui objeto da presente Nota de Empenho a prestação de serviços de levantamento tridimensional a *laser* (escaneamento 3D) e modelagem *BIM (Building Information Modeling)*, com finalidade de fornecer dados técnicos precisos e fundamentados que subsidiem as análises quantitativas e qualitativas de obras e serviços realizados e/ou fiscalizados pelos órgãos da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) e nas atividades administrativas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCMSP, relacionadas à operação e à manutenção de seu prédio.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de < \_\_\_\_\_ > contados da emissão da Nota de Empenho.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES, DO REAJUSTE E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. O valor total desta Nota de Empenho é de <R\$ \_\_\_\_\_, \_\_> <(valor por extenso)>, estando o preço unitário e a quantidade a seguir discriminados:

| Item | Serviço   | Unidade        | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|------|---|----------------|------------|----------------|-------------|
| 01   | Levantamento com Laser Scanner 3D (com processamento e registro da nuvem de pontos bruta) | m <sup>2</sup> | -          | R\$            | R\$         |
| 02   | Modelagem BIM (LOD 300)   | m <sup>2</sup> | -          | R\$            | R\$         |

3.1.1. No valor contratado estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tais como impostos (federais, estaduais e/ou municipais), taxas, salários, transporte, seguros, fretes, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e seguros de acidente de trabalho, despesas com deslocamentos, enfim, todas as despesas e materiais necessários para atender o objeto desta contratação, bem assim deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

3.1.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos valores, não se justificando pedidos de acréscimos a qualquer título.

3.2. O preço referido na subcláusula 3.1. poderá ser reajustado após 1 (um) ano da data-base, da seguinte forma:

3.2.1. Para o reajuste previsto aplicar-se-á o índice IPC-FIPE (mês de referência \_\_\_\_/\_\_\_\_), acumulado em 12 (doze) meses, contados da data da pesquisa de mercado (\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_).

3.3. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto, nos termos das disposições previstas nos artigos 105 e 106 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

3.3.1. A **CONTRATADA** deverá, caso seja solicitado pelo **CONTRATANTE**, instruir o pedido de reajuste com a documentação pertinente, para conferência e para homologação dos cálculos pelo **CONTRATANTE**.

3.3.2. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **CONTRATADA**, nos termos do subcláusula 3.2.

3.3.3. Na hipótese de divergência de valores entre o apresentado pela **CONTRATADA** e o conferido pelo **CONTRATANTE**, prevalecerá o verificado pelo **CONTRATANTE**, até que as partes dirimam a controvérsia.

3.4. O reajuste concedido será registrado por meio de apostila.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DO RECEBIMENTO E DA MEDIÇÃO**

- 4.1.** A **CONTRATADA** deverá fornecer o objeto contratado na forma estabelecida no Termo de Referência, o qual figura como parte integrante da presente Nota de Empenho.
- 4.2.** Os prazos e condições para a entrega são os estipulados no Termo de Referência, parte integrante do Edital.
- 4.3.** O envio da presente Nota de Empenho se dará de forma eletrônica, com prazo de 2 (dois) dias úteis para confirmação do recebimento do *e-mail*.
- 4.3.1.** Caso não haja manifestação, o recebimento será considerado tácito após o término do prazo referido na subcláusula 4.3.
- 4.4.** O recebimento do objeto contratado se dará na forma estabelecida no Termo de Referência, conforme previsão no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.
- 4.5.** Os critérios de medição, bem como as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 5.1.** O pagamento será realizado, após o ateste do recebimento da prestação dos serviços, em parcela única, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o término de sua completa execução, contemplando os 2 (dois) serviços contratados, de levantamento e modelagem BIM, considerando como primeiro dia dessa contagem aquele dia útil imediatamente após o último dia de execução, mediante apresentação da nota fiscal ou documento equivalente, por meio de depósito em conta corrente ou de ficha de compensação, ambas de titularidade da **CONTRATADA**.
- 5.2.** Os pagamentos efetuados com atraso, por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**, terão o valor do principal reajustado pelo índice de remuneração básica da caderneta de poupança e incidência de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% *pro-rata tempore*), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer (conforme Portaria 05/2012-SF).
- 5.3.** Na hipótese de erro ou divergência com as condições contratadas, a nota fiscal ou documento equivalente será recusada pelo **CONTRATANTE** mediante declaração expressa das razões da desconformidade, ficando estabelecido que o prazo para pagamento seja contado a partir da data da apresentação da nova nota fiscal ou documento equivalente devidamente corrigido.
- 5.4.** Antes do pagamento, o **CONTRATANTE** efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN.
- 5.4.1.** A existência de registro no CADIN impede a realização de pagamento, conforme estabelecido no artigo 3º, inciso II, da Lei Municipal nº 14.094/2005.

## CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

### 6.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

**6.1.1.** Exigir, da **CONTRATADA**, o cumprimento de todas as obrigações descritas no Termo de Referência, neste instrumento, bem como dos demais documentos vinculantes à execução do objeto desta contratação e seus anexos;

**6.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como no artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos artigos 140 e 141 do Decreto Municipal nº 62.100/2022;

**6.1.3.** Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

**6.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

**6.1.5.** Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de nota fiscal ou documento equivalente relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**6.1.6.** Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento e no Termo de Referência;

**6.1.7.** Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste instrumento;

**6.1.8.** Não praticar atos de ingerência na administração da **CONTRATADA**;

**6.1.9.** Cientificar os setores competentes para a adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

**6.1.10.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução contratual.

**6.2.** O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**7.1.** A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, de sua proposta, deste instrumento e de eventuais anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

**7.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da presente contratação ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**7.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao **CONTRATANTE** ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

**7.4.** Manter atualizadas, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para esta contratação, compreendendo seus dados cadastrais.

**7.5.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas por este instrumento, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE** e não poderá onerar o objeto deste instrumento.

**7.6.** Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**7.7.** Manter, durante toda a vigência deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação.

**7.8.** Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação que for solicitado pela fiscalização deste instrumento.

**7.9.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste instrumento.

**7.10.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.11.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

**7.12.** Alocar os empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, com habilitação e conhecimento adequados.

**7.13.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos.

**7.14.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

**7.15.** Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações referentes a esta contratação.

**7.16.** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

**7.17.** Manter preposto aceito pelo **CONTRATANTE** para representá-la na execução deste instrumento.

**7.17.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA** poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício

da atividade.

**7.18.** Não contratar, durante a vigência deste instrumento, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que tenha desempenhado função na contratação direta ou que atue na fiscalização ou gestão deste instrumento, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.19.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

**7.20.** Garantir o acesso do **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

**7.21.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência e aos demais documentos que informam esta contratação, no prazo determinado.

**7.22.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do **CONTRATANTE**.

**7.23.** Responsabilizar-se por quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a **CONTRATADA** considerada como única e exclusiva responsável por todos os ônus com que o **CONTRATANTE** venha a arcar, em qualquer época, decorrentes de tais ações oriundas do objeto do presente instrumento.

**7.24.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

#### **CLÁUSULA OITAVA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**8.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a **CONTRATADA** ao:

- a) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento;
- b) Dar causa à inexecução parcial deste instrumento que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total deste instrumento;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado, aceito pelo **CONTRATANTE**;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste instrumento;
- f) Praticar ato fraudulento na execução deste instrumento;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

**8.2.** O cometimento destas ou de qualquer outra infração prevista em Lei, condizente com a execução deste instrumento, sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das penalidades descritas nesta cláusula oitava.

**8.3.** Serão aplicadas à **CONTRATADA** que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**8.3.1.** Advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do objeto, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**8.3.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subcláusula 8.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**8.3.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subcláusula 8.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**8.3.4.** Multa:

**8.3.4.1.** Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” da subcláusula 8.1, de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

**8.3.4.2.** Compensatória, para a infração descrita na alínea “b” da subcláusula 8.1, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.

**8.3.4.3.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” da subcláusula 8.1, de 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.

**8.3.4.4.** Moratória, para as infrações descritas na alínea “d” da subcláusula 8.1, de 4% (quatro por cento) por dia de atraso, para o início da prestação dos serviços, calculada sobre o valor total da contratação, e limitada a 5 (cinco) dias, após o que o objeto poderá ser considerado como definitivamente não realizado e os serviços poderão não mais ser aceitos pelo **CONTRATANTE**, configurando-se, assim, a inexecução do ajuste.

**8.3.4.5.** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” da subcláusula 8.1, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total da contratação.

**8.3.4.6.** Compensatória de 2% (um por cento) por ocorrência, sobre o valor total da contratação, no descumprimento das obrigações nele contidas, ou ainda no Edital e/ou no Termo de Referência, considerando os demais elementos próprios da prestação dos serviços, excetuando-se as situações nas quais foram estabelecidas multas específicas, conforme subcláusula(s) anterior(es), limitada ainda ao máximo de 10 (dez) ocorrências por contrato ou nota de empenho ou documento equivalente, momento em que poderá se caracterizar a inexecução parcial do ajuste;

**8.3.4.6.1.** Em caso de reincidência, em período inferior a 3 (três) meses, o percentual acima referido poderá ser majorado para 3% (três por cento) por ocorrência.

**8.3.4.7.** Compensatória de 20% (vinte por cento) do valor da respectiva contratação, caso a **CONTRATADA** dê causa à extinção do ajuste, sem motivo justificado e aceito pelo **CONTRATANTE**. As penalidades serão aplicadas, salvo se houver motivo de força maior ou caso fortuito, justificado e aceito, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

**8.4.** As penalidades serão aplicadas, salvo se houver motivo de força maior ou caso fortuito, justificado e aceito, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

**8.5.** A soma das penalidades não excederá a 30% (trinta por cento) do valor total deste instrumento.



**8.6.** As penalidades são independentes, ou seja, a aplicação de uma não exclui a das outras, devendo ser recolhidas ou descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir de sua comunicação à **CONTRATADA** ou, ainda, se for o caso, cobradas judicialmente.

**8.7.** O não recolhimento das multas, no prazo previsto, ensejará a incidência de atualização monetária e juros moratórios, calculados em conformidade com a Lei Municipal nº 13.275/2002 e sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação do disposto no artigo 156, §8º da Lei Federal nº 14.133/2021.

**8.8.** A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE**.

**8.9.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**8.10.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**8.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**8.12.** No caso de aplicação de eventuais penalidades, será observado o procedimento previsto no Título IV, do Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**8.13.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**8.13.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**8.13.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**8.13.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**8.13.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**8.13.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

#### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

**9.1.** O uso de dados, informações e conteúdo eventualmente oriundos do objeto contratado está limitado à finalidade da prestação do objeto, sendo vedado seu uso para finalidades diferentes da expressamente determinada neste documento, sem o prévio consentimento do **CONTRATANTE**, não podendo os dados serem tratados posteriormente de forma incompatível com essa finalidade, incluindo operações de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração dos dados.

**9.1.1.** As políticas de proteção de dados pessoais estabelecidas pelo **CONTRATANTE** e as previsões da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD prevalecerão sobre quaisquer disposições eventualmente diversas no presente Anexo de Empenho e demais documentos que instruem este procedimento.

**9.2.** A **CONTRATADA** deverá prestar esclarecimentos ao **CONTRATANTE**, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram ao tema desta cláusula.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução ou assistência técnica.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES**

**11.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

**11.2.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

**11.3.** Registros que não caracterizam alteração do instrumento podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS**

**12.1.** Aplicam-se ao presente a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 62.100/2022 e legislação correlata, e, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado, inclusive as específicas para o objeto contratado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO**

**13.1.** Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao artigo 91, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO**

**14.1.** Fica eleito o Foro da Comarca desta Capital para solução de quaisquer litígios relativos ao presente instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO**

**15.1.** Para a execução deste instrumento, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta, quanto ao objeto deste instrumento, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no artigo 114, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/2022.